

ANA CARLA ABRÃO



E-MAIL: ANAAC@UOL.COM.BR

Retrocesso

Reforma administrativa é coisa séria. Bem feita, gera aumento na qualidade dos serviços públicos, ajuda a fazer crescer a produtividade da economia e melhora a trajetória fiscal de curto, médio e longo prazos. Malfeita, nos condena à mediocridade e à pobreza ao consolidar a máquina pública como reforçadora de desigualdades sociais.

Um projeto complexo (e confuso) de emenda constitucional chegou ao Congresso Nacional ao final de 2019. Ficou ali dormente até que, recentemente, entrou no rol das reformas a serem entregues neste ano. Foi colocado na mesma esteira desastrosa da reforma do Imposto de Renda. Deu no que deu.

O relatório apresentado pelo deputado Arthur Maia à Comissão Especial da Reforma do Estado tem retro-

cessos – por si só, inaceitáveis – e inviabiliza avanços futuros. Ele nos dá os motivos para defender o fim da tramitação da PEC 32. Destaco aqui três deles:

1) Cravar no texto constitucional uma definição do que sejam atribuições de carreiras típicas de Estado é atender a pleito antigo de carreiras públicas de elite que queriam garantir privilégios na Constituição. Sim, há atribuições típicas de Estado que precisam ser preservadas e protegidas pela estabilidade, embora não necessariamente na Constituição. Ainda mais com definições estanques, em que cabem quase todos os grupos. Afinal, imagine ter de reformar a Constituição por que essas tantas atribuições exclusivas se tornaram obsoletas ou fundíveis? Ao abrir um espaço em que centenas de carreiras aí se identificam, pegando carona em blindagens injustificadas, os atuais

privilégios das castas do serviço público não só deixam de ser eliminados para os poucos que os detêm, mas passam a ser constitucionalizados para quem não deveria tê-los. Ampliam-se em número e força as reservas de mercado (ao proibir contratações temporárias para o rol amplo e subjetivo de atividades típicas de Estado); se dá tratamento diferenciado na avaliação de desempenho; e se inviabiliza a dispensa por baixo desempenho, ao se colocar os procedimentos administrativos na mão de servidores da mesma carreira que o eventual dispensado. Trata-se de ampliar o fosso entre o mundo real e o das elites do serviço público brasileiro.

2) Há modelos consagrados de avaliação de desempenho no setor público. Eles exigem padronização, implementação cuidadosa e calibração no tempo. Precisam ser dotados de flexibilidade, desde que mantidos os conceitos de impessoalidade, estes garantidos pela avaliação final colegiada, pela padronização dos procedimentos e pelo direito à ampla manifestação do avaliado. Mas seu detalhamento não deve estar na Constituição, muito menos com referências por demais vagas, como o dever de considerar as condições de trabalho

do avaliado. Colocar esse tipo de norma muito aberta na Constituição tem o único efeito prático de garantir o espaço para a judicialização das avaliações. Também não faz sentido que a avaliação tenha critérios distintos ou garantias especiais para classes de servidores de elite. Além de errado, é injusto. Compromete-se, assim, a probabilidade de uma justa, correta e eficiente avaliação de desempenho no setor público brasileiro.

3) No meio dos retrocessos e blindagens contra futuros avanços, o relatório envereda em tema que nada tem a ver com uma reforma do RH do Estado, mas muito a ver com a criação de um Estado policial. Faz com que as forças de segurança (ampliadas com a inclusão de guardas municipais e, pior, agentes socioeducativos, cuja equiparação a policiais é um grande desvio) sejam contemplados com privilégios constitucionais absurdos, que sequer as demais carreiras típicas de Estado possuem. O relator cede ao momento que vivemos, em que fortes lobbies de policiais são respaldados por um governo que vê nas armas seu único lugar de fala. O foro privilegiado ao delegado-geral da PF e aos delegados das Polícias Civis vai na contra-

mão do que precisamos. Ampliar o conceito de forças de segurança e conceder integralidade e paridade na aposentadoria equivalem a devolver avanços importantes da reforma da Previdência.

Não é à toa que o barulho dos sindicatos de servidores públicos sumiu. As antes campeãs #PECdaRachadinha ou #ReformaAdministrativa não deram lugar ao silêncio nas redes sociais. Sinal inequívoco de que os interesses corporativistas estão atendidos numa PEC que representa o fim da reforma administrativa e a condenação do Brasil à mediocridade. É aqui que estamos e aqui que ficaremos com essa equivocada contrarreforma. (Texto de minha autoria e erros e omissões de minha responsabilidade. Mas, neste tema, Arminio Fraga e Carlos Ari Sundfeld são valiosos e imprescindíveis companheiros de jornada. Agradeço aos dois pela parceria e pelos comentários).

* ECONOMISTA E SÓCIA DA CONSULTORIA OLIVER WYMAN. O ARTIGO REFLETE EXCLUSIVAMENTE A OPINIÃO DA COLUNISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) | TER. Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getscho (quinzenalmente) | QUA. Fábio Alves | QUI. Adriana Fernandes | SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) e Pedro Doria | SAB. Adriana Fernandes | DOM. José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente) e Afonso Celso Pastore (quinzenalmente); Paulo Leme (1º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Sem água, Belo Monte opera com meia turbina

Em meio ao risco de apagão, usina gera hoje o equivalente a 2,67% da sua potência total

Renée Pereira

A ameaça de apagão que o Brasil atravessa evidencia a limitação de um dos principais projetos de infraestrutura do País para enfrentar a seca atual. Erguida com investimentos de quase R\$ 40 bilhões, Belo Monte, a quarta maior hidrelétrica do mundo, com capacidade para gerar 11.233 megawatts (MW), opera só com meia turbina desde o início de agosto.

Isso significa produzir cerca de 300 MW por dia – ou 2,67% da potência total. Construída sem reservatório, a fio d'água, a usina funciona conforme o regime hidrológico do Rio Xingu, que varia 25 vezes entre a cheia e a seca – e este é o período do ano de auge da seca.

Hoje, Belo Monte está com 18 turbinas paradas. E isso deve se

manter até o fim de novembro ou meados de dezembro, quando o rio deve voltar a encher. Dependendo do volume de chuvas, em janeiro a hidrelétrica – que tem entre os sócios Eletrobras, Neoenergia, Cemig, Vale e os fundos Petros e Funcef – já estará produzindo quase sua capacidade total.

Desde que foi concluída, a usina tem produzido menos do que os especialistas calculavam para o período seco. Na época da construção, esperava-se que, durante a estiagem, ela produzisse cerca de 690 MW médios. Durante o ano, a expectativa era produzir 4 mil MW médios. No ano passado, ficou em 3.293 MW médios e, em 2019, em 3.027 MW médios, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

“Geramos durante seis me-



Sem utilização. As 18 turbinas de Belo Monte dependem do regime hidrológico do Rio Xingu para entrar em operação

ses por ano, que é quando há volume de água no rio. Mas essa é a configuração do projeto”, diz o diretor-presidente da concessionária Norte Energia, Paulo Roberto Ribeiro Pinto. Mesmo assim, ele afirma que Belo Monte tem tido um papel importante na recuperação dos demais reservatórios do País no período chuvoso e representa 7% da matriz brasileira.

A construção de usinas a fio d'água sempre foi motivo de grandes discussões no País. O modelo foi adotado para reduzir os impactos ambientais e tor-

nar viável a construção das usinas. A escolha, no entanto, tem um preço que é a redução da capacidade de armazenamento.

O projeto de Belo Monte, por exemplo, nasceu na década de 70, como Hidrelétrica Kararaó, dentro de um complexo de seis usinas. Após várias remodelações, foi rebatizado de Belo Monte, com apenas uma usina. Para diminuir os impactos ambientais, a área alagada foi reduzida de 1.200 para 516 km².

Conflitos. Apesar das mudanças, a hidrelétrica sempre este-

ve envolvida em muitas controvérsias ambientais. Em 2020, quase um ano após a inauguração da última turbina, o Ministério Público Federal (MPF) voltou a questionar o hidrograma de vazão da usina aprovado na época do leilão.

Belo Monte foi construído em dois locais diferentes. Parte da água do Xingu é desviada para a usina Sítio Pimental, que gera 233 MW de energia. Esse desvio acabou reduzindo o volume de água na região da Volta Grande, onde estão localizadas algumas aldeias indíge-

nas. O MPF argumentou que a diminuição de água estava provocando problemas para ribeirinhos, navegabilidade e para os peixes.

Por causa disso, em janeiro deste ano o Ibama aumentou a vazão na Volta Grande. Consequentemente, o volume de água para a usina diminuiu e afetou a produção. O presidente da Norte Energia calcula que essa alteração tenha reduzido em cerca de 1.600 MW médios a geração de Belo Monte e reduzindo em 2,5% os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste.

Mercado já projeta alta de 8,35% para inflação e Selic de 8,25%

Relatório indica também piora nas estimativas para o PIB de 2022; Copom se reúne a partir de hoje para definir Selic

A projeção do mercado financeiro para a inflação neste ano se distanciou ainda mais do teto da meta perseguida pelo Banco Central. Os economistas elevaram de 8% para 8,35% a previsão

para o IPCA, conforme o Relatório de Mercado Focus divulgado ontem pelo próprio BC.

Foi a 24.ª semana seguida em que os economistas revisaram suas estimativas, na esteira dos reajustes de combustíveis, alimentos e energia elétrica. O centro da meta para o ano é de 3,75%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

Da mesma forma, os economistas elevaram suas projeções para a Selic. Segundo o relatório Focus, as projeções para a

● **Revisão**

1,63%

é a nova estimativa do mercado financeiro para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano

taxa básica de juros passaram de 8% para 8,25% ao ano. Há um mês, a estimativa era de 7,50%. Já a projeção para o fim de 2022 foi de 8% para 8,50% ao ano, ante 7,50% de um mês antes.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC anuncia amanhã a nova Selic. Sem perspectiva de trégua na escalada de preços no curto prazo, analistas preveem outra alta de um ponto porcentual, o que levaria a taxa para o patamar de 6,25% ao ano.

PIB. Os economistas ouvidos pelo BC mantiveram a projeção de 5,04% para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2021. Para 2022, porém, a previsão de expansão caiu de 1,72% para 1,63% – quatro semanas atrás, estava em 2%. Para 2023, a projeção de crescimento permaneceu em 2,30% e, para 2024, em 2,50%. / **THAÍS BARCELLOS**

Governo vê volta de contas no azul a partir de 2023

Após nove anos com contas no vermelho, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, vê a retomada dos superávits nas finanças do Brasil a partir de 2023. A projeção foi divulgada pelos técnicos nas informações complementares do Orçamento de 2022, enviadas ao Congresso Nacional em 15 de setembro. A expectativa de melhora, no entanto, é otimista diante da visão de economistas de fora do governo de que o crescimento será menos vigoroso em 2022, com efeito sobre a arrecadação. O Tesouro Nacional confir-

mou que o cenário para o resultado primário das contas do governo central aponta um leve superávit de R\$ 2,8 bilhões em 2023 e outro maior, de R\$ 60,8 bilhões, em 2024. No ano que vem, ainda haveria um rombo de R\$ 49,6 bilhões, como foi registrado no próprio Orçamento.

Segundo o órgão, os números não configuram um cenário oficial de governo, pois refletem a média de 500 cenários analisados pelos técnicos. Além disso, as contas podem sofrer futuras revisões, de acordo com as expectativas para o comportamento da economia. A meta para 2023, por exemplo, só será definida de fato no ano que vem.

Além disso, as projeções do governo consideram um avanço do PIB de 2,5% no ano que vem, um desempenho bem mais otimista do que o esperado na média do mercado (1,63%).

Segundo o Boletim Focus, em que o Banco Central coleta as estimativas de analistas mercado, a expectativa ainda é de déficits de 1,0% do PIB em 2022; de 0,65% em 2023; e de 0,1% em 2024. / **IDIANA TOMAZELLI**

● **Estimativa**

R\$ 2,8 bi

é a estimativa de superávit nas contas públicas a partir de 2023, de acordo com informações complementares do Orçamento de 2022, enviadas ao Congresso Nacional em 15 de setembro. O cenário traçado por técnicos do governo destoa de análises do mercado, que apontam para déficit pelo menos até 2024.

A líder em gestão ambiental.

ambipar.com

MERCADO IMOBILIÁRIO

Deseja saber qual o Maior e Melhor Aproveitamento para seu terreno ou gleba? Contrate uma de nossas opções de estudos e identifique as melhores oportunidades de ocupação, com dimensionamento da oferta/demanda e retorno de seu investimento.

Solicite um orçamento sem compromisso!

embraesp.com.br estudos@embraesp.com.br

(11) 3665-1590
(11) 99913-5823
(11) 99524-5823

EMBRAESP